

Qual sujeito para qual experiência ? ¹

Quel sujet pour quelle expérience ?

Which subject for what experience?

Qué sujeto para qué experiencia?

Yves Schwartz ²

RESUMO

No quadro de um diálogo aqui iniciado com a corrente de Didática Profissional, esse texto se propõe a restituir uma dinâmica intelectual que vai do conceito de experiência ao conceito de atividade. Esse último conceito parece poder precisar o que se coloca como drama na experiência humana (debate de normas) e mostrar como a experiência como sedimentação instável de atividades é matriz permanente de história. Qual pode ser então o estatuto dos saberes gerados por um ser assim definido como ser de atividade? Verdadeiros problemas epistemológicos se colocam nas relações entre as diversas formas de saber e as diversas formas de expressão em linguagem, como também para o estatuto dos diversos saberes na sua relação com a historicidade. Problema não só epistemológico, mas também político porque a gente pode ver uma cartografia de “usurpações” do estatuto próprio às relações saberes / poderes e às derivas de governança do trabalho humano. Finalizamos

¹ Texto originalmente publicado na revista Travail et Apprentissages, n. 6, dezembro 2010. Traduzido por Magda Duarte dos Anjos Scherer. Revisado por Jussara Brito, Milton Athayde, Denise Alvarez e Maristela França.

² Filósofo, professor de filosofia, diretor científico do Instituto de Ergologia da Universidade de Provença - França.

tratando de uma problemática do “sujeito”, que possa ser coerente com os patrimônios aqui reivindicados na construção do conceito ergológico de atividade.

Palavras-chave: Experiência. Atividade. Debates de normas. Epistemicidade. Sujeito. Poder de agir.

RÉSUMÉ

Dans le cadre d'un dialogue ici initié avec le courant de didactique professionnelle, ce texte se propose de restituer une dynamique intellectuelle qui va du concept d'expérience au concept d'activité. Ce dernier concept paraît pouvoir préciser ce qui se joue comme drame dans l'expérience humaine (debats de normes), et montrer comment l'expérience comme sédimentation instable d'activités est matrice permanente d'histoire. Quel peut-être alors le statut des savoirs générés par un être ainsi défini comme être d'activité ? Des vrais problèmes épistémologiques se posent dans les rapports entre les diverses formes de savoirs et les diverses formes de mise en langage, comme aussi le statut des différents savoirs dans leur rapport à historicité. Problème non seulement épistémologique mais aussi politique car on peut lire une cartographie des « usurpations » de statut propre aux rapports savoirs / pouvoirs et aux dérives de la gouvernance du travail

humain. On termine sur une reformulation de la problématique du « sujet », qui puisse être cohérente avec les patrimoines ici revendiqués dans la construction du concept ergologique d'activité.

Mots-clés : Experience. Activité. Débats des normes. Épistémicités. Sujet. Pouvoir d'agir.

ABSTRACT

This paper attempts to reinstitute intellectual dynamics within a dialogue herein initiated with the current of professional didactics that goes from the concept of experience to the concept of activity. The latter seems to need what is considered a drama in human experience (the debate of norms) and to show how experience as an unstable foundation of activities constitutes a permanent matrix of history. Which then may be the principles of the various forms of knowledge produced by a being defined as a being of activity? True epistemological questions on the relations between the various forms of knowledge and the various forms of language expressions as well as on the principle of the various types of knowledge in its relation with historicity are posed. It is not only an issue of epistemology but also a political issue for we can observe a mapping of <<usurpations>> of the principle distinctive to knowledge / powers and those adrift from the governance of human work. Last, we address a mayor issue regarding the <<subject>>, which can be consistent with the patrimoines recovered here while building an ergological concept of activity.

Keywords: Experience. Activity. Debate of norms. Epistemological approach. Subject. Power to act.

RESUMEN

En el espacio de un dialogo aquí iniciado con la corriente de didáctica profesional este texto se propone restituir una dinámica intelectual que va del concepto de experiencia al concepto de actividad. Este último concepto parece necesitar lo que se considera como un drama en la experiencia humana (el debate de las normas) y mostrar cómo la experiencia como sedimentación inestable de actividades es una matriz permanente de la historia. ¿Cuál puede ser entonces el precepto de los saberes generados por un ser así definido como ser de actividad? Se formulan verdaderos problemas epistemológicos en las relaciones entre las diversas formas del saber y las diversas formas de expresión en el lenguaje, como también para el precepto de los diversos saberes en su relación con la historicidad. Un problema no solo epistemológico sino también político pues podemos apreciar una cartografía de <<usurpaciones>> del precepto propio de las relaciones de saberes / poderes y aquellos a la deriva de la gobernanza del trabajo humano. Finalizamos tratando una problemática del <<sujeto>>, que pueda ser coherente con los patrimonios aquí reivindicados en la construcción del concepto ergológico de actividad.

Palabras clave: Experiencia. Actividad. Debate de las normas. *Epistemicidad*. Sujeto. Poder de actuar.

INTRODUÇÃO

Diversos eventos recentes, tais como o colóquio de Dijon em 2 de dezembro de 2009, que propôs refletir sobre “Qual sujeito para qual experiência?” nos deram a oportunidade

de retomar nossas interrogações sobre a noção de “sujeito” e de “experiência” e de travar um debate, sem dúvida tardio, com uma corrente tão rica como a Didática Profissional¹. Isso me permitiu descobrir pontos de encontro numerosos e consistentes, mesmo se nós não expressamos as mesmas convicções com os mesmos termos ⁽³⁾.

A Didática Profissional é uma corrente de pensamento que a partir de competências em psicologia, ergonomia e ciências da educação, progressivamente centrou-se, há pelo menos duas décadas, sobre os processos de aprendizagem que construímos a partir da experiência de situações de trabalho. Constatamos um interesse pelo estudo comparado de situações de trabalho, e articulado a isso, interrogações fecundas sobre o sujeito e suas formas de desenvolvimento que tornam possíveis e convocam as atividades de trabalho.

De onde vem o termo “didática profissional”, ou seja, atividades de aprendizagem de saberes no exercício das atividades profissionais. Dentre os principais protagonistas dessa corrente, encontramos Pierre Pastré, professor do Conservatório Nacional de Artes e Métiers, cátedra de comunicação didática, Pierre Rabardel, professor de psicologia e ergonomia na Universidade de Paris VIII, e Patrick Mayen, professor à L’ENESAD de Dijon, que organizaram o colóquio anteriormente mencionado.

³ Peço desculpas por limitar a evocação desses pontos de encontro com os textos de Pierre Rabardel et Pierre Pastré que estão na obra coletiva dirigida por eles, *Modèles du sujet pour la conception* (Octarès, 2005), e à suas apresentações para o seminário de Dijon.

Considero de suma importância se interrogar sobre a co-definição possível dos conceitos de “sujeito” e de “experiência”, e que é impossível pensá-los separadamente.

EXPERIÊNCIA

Inicialmente faço algumas reflexões sobre meu próprio itinerário conceitual, com a seguinte constatação: num primeiro momento, quando fiz minha tese² eu dei uma importância maior ao conceito de *expérience*, ponto focal de meu esforço de redimensionar a atividade humana. Eu tentei justificar a escolha do termo “experiência”, principalmente a partir de quatro características que me pareceram hoje ainda circunscreverem o campo da pertinência desse conceito.

Se há experiência, então é necessário supor um ser para quem há sedimentação do tempo, hierarquização de acontecimentos. A experiência só pode ser formadora se supomos que há nesse ser uma tentativa contínua de integrar os acontecimentos, um ser concebido como uma totalidade vivente, um ser tão enigmático como se queira imaginar que possa encarar os encontros da vida e que possa fazer continuamente escolhas de uso de si mesmo. Se há experiência, a unidade de um “ser” que “faz experiência” não pode se apagar diante das clivagens intrapsíquicas.

De tal experiência, ninguém pode controlar integralmente as condições iniciais, as “condições ao limite”, como se diz em matemática. Ninguém (indivíduo, grupo ou espécie) sabe exatamente quem ele é quando ele faz experiência, nem exatamente no que ela consiste. Isto não deverá tirar a força do conceito, mas ao contrário incitá-lo a se engajar

numa conquista parcial deste “indefinido”.

Como consequência do ponto precedente, desde que não se conhece integralmente as condições iniciais, ninguém pode dizer de que elas são grávidas, ou qual é o ser em potência dentre os seres que (se) experimentam. Seria simplificar esses seres considerar como somente possível o uso que eles fazem deles mesmos a um determinado momento, e mais ainda o uso que é feito deles. Como diz Canguilhem³ “quanto à saúde no sentido absoluto, ela não é outra coisa que a indeterminação inicial da capacidade de instituir novas normas”. Potencialidades e experiência se atraem mutuamente.

Enfim, podemos “mortificar” ou “exaltar” todo esse implícito da experiência, como diziam Ivar Oddone et al⁴ a propósito da experiência do trabalho: a experiência assim proposta tem, constata-se bem, uma relação problemática com a linguagem, ela convoca o indefinido, esse *apeiron* dos gregos que não se presta de forma alguma a uma clarificação fácil, embora, entretanto, a evidenciação dessas riquezas traga questões culturais, sociais e políticas consideráveis. Ele, esse *apeiron* não é absolutamente neutro, e especialmente no campo do trabalho, trata-se de uma escolha partir em conquista desse campo ou deixá-lo na penumbra sem cultivá-lo. Era esse sentido militante proposto por Ivar Oddone, um personagem maior na reconquista da experiência operária⁵.

Essa tentativa de circunscrever o conceito de experiência permite fazer duas distinções que considero úteis: primeiro entre experiência e experimentação, a experimentação visando sempre, através da definição mais precisa de

um protocolo, a definir exaustivamente as condições iniciais e dessa forma a controlar perfeitamente os parâmetros operando durante seu desenvolvimento, segundo o modelo desejável de uma experiência científica; e em seguida entre “experiência do trabalho” e “trabalho como experiência”⁶, visando a distinção entre um simples tempo de presença numa situação de trabalho e o fato de que toda situação de trabalho é sempre em algum grau um chamado a escolhas de uso de si, se apoiando sobre e retrabalhando formas enigmáticas de saberes, “esquemas”, conceitos operativos. A respeito dessa última expressão, somos reenviados a um campo de interrogações da didática profissional, vemos se desenhar aproximações com as diferentes “gêneses” e reflexões sobre aprendizagem colocadas por essa corrente¹.

Mas essa idéia do trabalho como sempre, em algum grau uma experiência me parece encontrar seu verdadeiro fundamento antropológico com o conceito de atividade, progressivamente elaborado há 25 anos⁷. E é sem dúvida por isso que temos – provisoriamente? – deixado em segundo plano o conceito de experiência, em benefício do de atividade (de onde vem a denominação de ergologia, estudo da atividade humana) para caracterizar nossa perspectiva⁶.

ATIVIDADE

Empregamos (a ergologia e a didática profissional, por exemplo) conceito de atividade, certamente em razão de heranças em parte comuns. No eixo de uma pesquisa histórica que remontando retroativamente, a partir de seu uso atual, em direção à gênese filosófica e aos empregos desse conceito, fui

conduzido a defini-lo, segundo a ergologia, e visto do lado do ser humano singular, como uma tentativa permanente de sinergia do que em nós é heterogênes⁽⁴⁾. “Tentativa” porque essa sinergia enigmática que se opera, diante dos encontros da vida, nada tem de evidente e pode conhecer todos os graus possíveis, entre a “felicidade” e a doença ou a morte. Mas ela é exigida a todo instante de vida. E isso é particularmente verdadeiro em relação a essa dimensão de nossas vidas que é “o trabalho”, sendo, aliás, a razão pela qual, a partir da confrontação desse ser que experimenta com as situações de trabalho, teve início essa elaboração ergológica do conceito de atividade.

Do ponto de vista do campo historicamente definido como do trabalho, a *atividade*, como sinergia dos heterogêneos em nós em vista de renegociar nosso agir num meio dado, é constitucionalmente requisitada.

De fato, a estrita heterodeterminação das normas de agir, cujo modelo seria o governo taylorista do trabalho, nos parece simultaneamente *impossível* (o meio é sempre em algum grau *infel*, inantecipável) e *invivível*.

Cada um desses termos - *impossível* e *invivível* - a ergologia os amarra como na trama de um tecido forte para caracterizar o *drama* próprio do agir humano em face de um meio histórico de vida e de trabalho e às suas normas. Estes dois termos nos parece resultar, por meio de um percurso por vezes paradoxal, de cada um dos dois ramos segundo os quais

4 Schwartz Y. Un bref aperçu de l’histoire culturelle du concept d’activité. Revue @ctivités. 2007;4(2):122-133. « Heterogêneos », como era por exemplo para Kant, a compreensão e a sensibilidade, ou para nós, « o corpo » e « o espírito », o consciente e o inconsciente, o verbal e o não verbal ...

vem a nós o conceito de atividade, conforme os estudos mencionados há pouco. Podemos pensar que se essa heterodeterminação fosse possível e vivível, então não haveria atividade, e não haveria também a vida⁽⁵⁾.

Se essas observações são admissíveis, então arbitragens permanentes na vida em geral, e no agir industrioso em particular, se impõem continuamente a nós. Seria melhor, aliás, falar de arbitragens incorporadas, cujas resultantes deverão tentar, de acordo com intervalos de tempo diferentes, colocar em sinergia esses heterogêneos de que falamos a pouco (ver nota 5): arbitragem entre, de um lado *normas antecedentes* oriundas do ambiente histórico, social, gerencial, técnico, combinando de maneira muitas vezes perversa, saberes patrimoniais, genéricos e normas de governança assimétricas de grupos sociais diferenciados por seus recursos e poderes; de outro lado, obrigações absolutas para se dar aqui e agora *normas reprocessadas* de trabalho e de vida.

A atividade humana pode ser então definida como *lugar de debate de normas*. Sendo assim, o agir humano é um emaranhado de *renormalizações*, resultado sempre problemático e provisório desses debates.

ESTATUTO DOS SABERES

Essas análises nos dizem muito, portanto. Poder-se-ia ser preciso quanto a esses locias de encontro e, talvez, aos pontos que

5 Notemos que com respeito ao *invivível*, P.Pastré faz uma bela utilização da epistemologia histórica francesa (ibid, p.244 sq), mas não, me apreço, como nós fazemos da filosofia de G.Canguilhem, sobre a qual nos apoiamos para justificar o « *invivable* ».

eventualmente exigem debate entre nós. Assim, o estatuto dos saberes em relação ao agir, diferencialmente tomados no (ou ligados a esse agir). Sujeito “capaz” e “sujeito que conhece”, “epistêmico”, não “se opõem”, diz justamente Pierre Rabardel¹. Ponto muito importante. Quando dizemos que toda renormatização se opera sobre a base de saberes que essa renormatização retrabalha, significa, nos parece, estarmos próximos de uma concepção de aprendizagem da didática profissional, que fala da dialética entre o sujeito produtivo e construtivo.

Nós falamos desde longo tempo de “saberes investidos” no quadro do que chamamos de “Dispositivo Dinâmico de Três Pólos”⁶, dispositivo que visa sintetizar um regime de produção de saberes coerente com nossa concepção de atividade, como sucessão de renormatizações. “Saberes investidos” ou saberes que “aderem” (mais ou menos) às dramáticas sempre mais ou menos localizadas, contextualizadas, da atividade.

Enquanto “saberes”, esses saberes investidos são comensuráveis com todas as outras formas de saberes, eles têm vocação para dialogar com, para reprocessar os saberes produzidos no pólo do que chamamos de “desaderência” (saberes formalizados, construídos à distância temporalmente e espacialmente variável do que chamamos atividade). Nós temos, além disso, precisado essa polaridade saberes investidos, ou melhor, saberes “em aderência relativa” / saberes “conhecimentos”, saberes em desaderência relativa, que se apresentam como articulação de *conceitos*, numa contribuição recente a uma obra dirigida por P.Béguin e M.Cerf (2009)^{8 (6)}.

6 « Produzir saberes entre a aderência e a desaderência », pp. 15-28. Sobre uma de uma nova versão do Dispositivo dinâmico de Três Pólos, ver pp.21-23.

A “dialética do produtivo e do construtivo” de que falamos, desenvolvida muito sugestivamente por Rabardel¹ se apoiando nos trabalhos de Vergnaud⁹, um pesquisador em psicologia cognitiva, nos parece poder com utilidade articular, do lado dos saberes investidos, portanto *do lado do pólo da aderência*, diversos níveis ou formas de saberes diversamente ligados à singularidade das situações vividas, então em desaderência *relativa*, à proporção que elas escapam às dimensões as mais singulares dessas situações.

Da atividade construtiva, Pierre Rabardel¹ diz que ela “deve, para além das variabilidades da singularidade, e de uma certa forma, contra essas variabilidades, elaborar as invariâncias necessárias à renovação e ao desenvolvimento das capacidades de ação do sujeito em devir. Seu destino é partir da atividade produtiva, ser de alguma forma intrinsecamente misturado a ela, e ao mesmo tempo se opor construindo, para além dela e contra a singularidade das situações vividas, as invariâncias intersituacionais (organizadoras das situações em classes), que permitirão em seguida melhor retomar e tratar de novo a singularidade. É algo relacionado com o que chamamos de *ingrediente 3* da competência⁶.

Nós poderíamos, entretanto, abrir uma discussão sobre esse ponto. Sem dúvida, como *saberes*, devemos admitir certa homogeneidade e *continuidade* entre os recursos cognitivos próximos do polo da aderência e os fabricados à distância da atividade (no polo da desaderência). A continuidade da forma linguageira entre esses dois polos explica essa dimensão de comensurabilidade. Quando se trata de falar do e no trabalho ou de enunciados científicos ou técnicos, a linguagem, como sistema mais ou menos aproximado das normas, é sempre

o suporte das trocas, qualquer que seja seus graus de sistematicidade, muito específicos nos diversos casos.

Fazendo um parêntese antes de continuarmos: essa *continuidade* da forma languageira encontra, entretanto, seus limites no polo da aderência. A acuidade do olhar dos ergonomistas detectando os aspectos observáveis na atividade tais como os gestos, os olhares, as sínteses que escapam, em um primeiro momento, a toda verbalização, manifesta que, em um determinado momento, os saberes investidos, escondidos na inteligência do corpo em trabalho, saem tendencialmente dessa continuidade languageira.

Se a atividade é permanentemente tentativa de colocar em sinergia, em primeiro lugar “o corpo e a alma”, a tentativa de se aproximar da atividade pela sua expressão em linguagem tropeçará sempre em um nível desconhecido referente às sinergias, circuitos e regulações próprias ao “corpo” em trabalho nas renormatizações (um corpo já instruído, penetrado pela história de suas renormatizações).

Assim, nossa tese sobre a atividade como tentativa de colocar em sinergia os *heterogêneos* em nós pode aqui se esclarecer como sendo essa enigmática continuidade de saberes no agir, entretanto, atravessada por descontinuidades em pontos jamais resolvíveis, como aquele que concerne aos limites de se expressar em palavras a atividade. Essa sinergia supõe uma cadeia contínua de *saberes*, mas alguns dentre eles serão sempre resistentes ou inaptos a “entrar em linguagem; entre esses circuitos escondidos nos corpos engajados nos emaranhados de renormatizações, e outros mais

suscetíveis de conceitualização, engajando os circuitos cognitivos e languageiros, o nível de heterogeneidade pode se tornar tal que formas de continuidade se desintegram. Voltemos então a essa questão da continuidade de saberes. No polo da desaderência, nós acreditamos que é necessário *também* reconhecer uma forma de descontinuidade nesse *continuum* de saberes. Enquanto que sobre esse *continuum* situaremos “saberes de ação”, esquemas ou conceitos operatórios, saberes se expressando na agilidade da linguagem comum, certos saberes reivindicam o respeito de uma disciplina claramente “conceitual”, se afirmando como “conhecimentos”, demonstráveis ou justificáveis no interior de “referências de desaderência” (assim, no referencial newtoniano, os enunciados da física clássica podem se manifestar segundo concatenações rigorosas). Essa oscilação nos referenciais da desaderência circunscreve o campo do que eu chamo de epistemicidades.

Qual importância para nosso sujeito?

Admitamos que em nossas sociedades de direito (e de mercado), os debates de normas estão às voltas com as normas antecedentes que reenviam sempre a universos de justificação, de corpus argumentativos técnico-científicos, dispositivos jurídicos, gestionários, procedurais... E lembremos que esses não poderão jamais se impor como lei absoluta porque é ao mesmo tempo *impossível e invivível*⁶. A questão do estatuto dessas epistemicidades torna-se então crucial porque é em nome desse corpo conceitual, é por essas formas languageiras codificadas no interior dos referenciais de desaderência, que se tenta se impor ou propor essas normas antecedentes.

Mas se os debates de normas estão sempre às voltas com as “normas antecedentes”¹⁰ (onde o *impossível-invivível* impedirá sempre a imposição como uma lei absoluta), essas normas antecedentes remetem a estatutos epistemológicos diversificados, que criam também diversos tipos de descontinuidades no interior desse *continuum de saberes*. Creio indispensável distinguir quatro tipos diferentes de epistemicidade. Vejamos um ou dois exemplos de conceitos próprios a cada epistemicidade: primeiro, o conceito de força ou de massa no referencial newtoniano, segundo, o conceito de “contrato de trabalho”, terceiro o conceito, por exemplo, de “*habitus*” (P. Bourdieu) ou de “*dom*” (M. Mauss), e o quarto, o conceito mais próprio à perspectiva ergológica de “entidade coletiva relativamente pertinente” ou de “renormatização”.

Entendo que é importante fazê-lo, pois os diferentes tipos de gênese que desenvolvem de maneira fecunda meus dois outros interlocutores se fazem em um mundo social onde se entrecruzam de forma confusa e muitas vezes deliberadamente esses diferentes tipos de epistemicidade. Através dessas “usurpações” de estatutos, funcionam de forma complexa as relações entre saber e poder, que operam sobre aquilo que alguns chamam de “poder de agir”, podem criar o sentimento de injustiça, a arbitrariedade e o sofrimento, evocados por Rabardel em relação à Demarcy, um dos protagonistas no livro *L’Etabli*¹, (trata-se do livro do sociólogo francês Robert Linhart publicado em 1978 no Brasil, pela editora Paz e Terra, com o título *Greve na Fábrica*) mais amplamente isso tem a ver com a “avaliação” daquilo que chamamos de competência⁶ e com os “sistemas totalizantes” que orientam as formas de organização do trabalho¹.

ENTÃO QUAL “SUJEITO” PARA ESTA REDEFINIÇÃO DE EXPERIÊNCIA OU DA ATIVIDADE?

A questão me parece muito pertinente, mesmo sendo um ponto que me parece destinado a ficar obscuro, mas sobre o qual, entretanto, eu adoraria continuar a trabalhar, notadamente com meu amigo Louis Durrive⁽⁷⁾. É claro que toda renormatização deve se operar no aqui e agora. Mas sempre através de um diálogo (ou uma confrontação delicada) que dos dois lados supõe sedimentações e temporalidades de outra ordem: a das normas antecedentes, de início, fabricadas do lado da desaderência em relação ao aqui e agora (tanto como saberes codificados, como se referindo aos valores que dão, mais ou menos, sustentação a essas normas; de outro lado, essas normas devem ser avaliadas por um ser que não começou a viver no instante da renormatização. Portanto, as normas próprias que ele vai se dar para tratar o impossível / invivível se enraízam em saberes e valores acumulados e reprocessados permanentemente na sua própria história.

Acumulações e reprocessamento que não cessam de se operar através de uma avaliação mais ou menos crítica do vínculo mundo de valores – normas sociais sobre o qual repousam essas normas antecedentes. É necessário poder pensar ao mesmo tempo as origens instrumentais, conceituais, identitárias,

⁷ Louis Durrive após uma longa experiência como responsável do um organismo de inserção profissional, é hoje professor associado na Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Estrasburgo. Ele publicou sua tese em 2006 sobre “Experiência de normas: formação, educação e atividade humana, (Lille, ANRT). Nós trabalhamos juntos desde 1994 e dirigimos em comum duas obras coletivas publicadas pelas Edições Octarès, de Toulouse, em 2003 (*Travail e ergologia, entrevistas sobre a atividade humana*), e em 2009 (*A atividade em diálogo: entrevistas sobre a atividade humana II*).

porque nós não somos “marionetes” de nossas *epistemes* ou de nossos meios (ou, diria eu, das normas antecedentes), como assinala muito apropriadamente Pastré¹ a respeito de Foucault⁽⁸⁾. É necessário também possibilitar em nós a sedimentação da história e dos efeitos inscritos pelos nossos encontros com ela.

Os dois textos de Rabardel e de Pastré¹ que lemos por esta razão com grande prazer, nos parece trabalhar em todos os sentidos essa exigência de uma temporalidade dual a pensar no seio do mesmo ser (o aqui e agora e a dupla temporalidade de mais longa duração da relação normas (antecedentes ou “recentradas”) / valores.

A questão da “temporalidade longa” ou do “desenvolvimento”¹, a distinção do sujeito “capaz” e do “poder de agir”, “capacidades” e “poder”, todos os dois “sujeitocentrados” mas em “dinâmicas temporais diferentes”, a dialética do produtivo e do construtivo, do invariante e do esquema, a bela utilização feita por Pastré¹ da dualidade do *idem* e do *ipse* vindo de Ricoeur¹¹, são maneiras convincentes de colocar um problema que não pode ser solucionado. O “sujeito” levaria à idéia de um patrimônio acumulado (mas também à fraquezas e fragilidades que os anos de vida reprocessam) mas não estabilizado, hierarquizado, estruturado, ao ponto de não deixá-lo disponível às solicitações, às *gêneses*, às convocações da vida. Como pensar esta coisa “bizarra”⁽⁹⁾?

8 M.Foucault é para nós um grande personagem (que nós conhecemos). Entretanto, nós não podemos aderir a esse omnireferenciamento de que ele é objeto de todo lado. Dizendo francamente, no presente (a gente pode sempre mais e melhor o ler), ele não nos ajuda a pensar o que nos parece hoje essencial

9 « Se a gente quer agora pensar um desenvolvimento do

É sem dúvida para evitar toda estruturação abusiva, negada permanentemente por nossa abordagem à lupa das situações de trabalho, que eu desde o início recusei uma “problemática do sujeito” mesmo se eu fui daqueles que desde o fim dos anos 70 se bateram por admitir a presença do que se chamava de “subjetividade” nas atividades industriais. Eu falei de “si”, para resguardar a dimensão de enigma, de globalidade indecisa que me pareciam especialmente recobrir a distância prescrito / real e este espaço da “atividade” que me ensinavam meus amigos ergonomistas⁽¹⁰⁾.

Três idéias talvez para um possível debate

A partir dos anos 93, por levar em conta os aportes e reflexões saídos tanto de minhas leituras como da minha participação nas situações de trabalho e oriundas do “mundo do trabalho através do dispositivo de ensino chamado Análise Pluridisciplinar das Situações de Trabalho – APST⁽¹¹⁾, eu considerei indispensável não falar somente de uso de si, mas de “corpo si” e de “dramática do uso do

sujeito, e do sujeito adulto, é necessário se apoiar numa permanência desse sujeito no tempo: é no fundo nessa permanência no tempo que vai poder se manifestar um desenvolvimento pessoal. Mas a principal dificuldade está no que esse desenvolvimento restabelece simultaneamente do registro da *mêmeté* e do registro da *ipséité*. (...), geralmente essas duas dimensões se sobrepõem ao ponto de se confundirem » (P.Pastré, op.cit p.241). Não podemos colocar de uma forma melhor o problema.

10 Aqui lembro Jacques Duraffourg, a quem eu devo tanto. Minha contribuição à *Je sur l'individualité* (Messidor Editions Sociales, editado graças à lucidez de Lucien Sève) « Travail et Usage de soi », de 1987 e reeditado em *Travail et Philosophie, Convocations mutuelles*, Octarès 1992.

11 Até a criação em 1998 do Departamento de Ergologia-APST, a pedido do Presidente de nossa Universidade.

corpo-si”.

Uma das razões era que meu patrimônio de leituras, aquele que me havia fortemente ajudado a pensar as dramáticas em que nos encontrávamos, provinha mais largamente de uma herança de uma medicina “atípica”: uma medicina não praticante, (como era o caso de George Canguilhem, de Ivar Oddone ou de Alain Wisner), mas profundamente orientada por uma filosofia ampliada do que poderia ser o “viver em saúde” para um vivente humano.

Isso permitia pensar os debates de normas da atividade como uma tentativa, para esse vivente humano, de “viver em saúde” seu encontro com um mundo social e industrioso (saturado de normas e valores), mas isso não autorizava, ainda assim, separar essa busca de saúde de um corpo biológico mesmo tão profundamente historicizado por seus debates de normas.

A complexidade humana do corpo-si, atravessando todas as dimensões da experiência humana ou do encontro de um ser humano com um meio saturado por toda sorte de normas, fazia prontamente escapar o “suporte” da experiência (qual sujeito para qual experiência?) de toda recuperação simplificante por qualquer disciplina constituída. A política, a ética, a gestão, as ciências da linguagem..., como a psicologia cognitiva, a psicanálise, as neurociências..., tinham todas algo a dizer sobre a atividade humana, mas certamente não a propor ou impor de uma teoria da subjetividade.

Em segundo lugar pode-se assinalar que, portanto esse corpo-si que é o lugar do entrecruzamento dos debates de normas.

Isto teria entre outras duas conseqüências. Considerando que a tentativa de sinergia dos heterogêneos em nós atravessa o consciente e o inconsciente, o verbal e o não verbal, o biológico e o cultural..., esse encaixamento de normas não pode ser verdadeiramente controlado por alguma instância em nós. Desse ponto de vista, a significação de *ipsedade* conservará sempre algo de obscuro, ou ao menos enigmático. Isso é verdadeiro para nós mesmos, mas também para todos aqueles que pretendem categorizar e, além disso, governar o agir industrioso humano.

Essa dialética do *idem* e *ipse* introduz *história* em nós, história onde os efeitos se encadeiam em nós eventualmente, no curso de uma longa “perlaboração”. Eu partilho as formulações de Pastré¹. Simplesmente, se definimos atividade como um encaixamento de normas, isso quer dizer que ela é em *todos os momentos da vida*, mesmo de uma forma infinitesimal, produtora de história. O fato de ela se manter enigmática não significa que o ser que “experimenta” solicitações ou constrangimentos de seu meio de vida desaparece na obscuridade desse encaixamento: quem diz debate diz *escolha* a fazer.

Essa escolha pode ser mais ou menos presente em nossa consciência, mais ou menos indolor ou dolorosa, mas ela nos reenvia a nós mesmos e a um obscuro universo de valores a partir do qual nós construímos as nossas renormatizações ⁽¹²⁾. Isso não impede que a

¹² Eu estou de acordo nesse sentido com o que diz P.Rabardel p.24 a respeito da supressão da mesa de material de apoio na linha de montagem de Demarcy já citado: « É Demarcy que sofre pessoalmente, quer dizer, como pessoa humana, na perda do poder de agir que lhe é infringido. E ele mesmo e não outro (...) Não é uma entidade abstrata reificada como atividade, ação ou

tomada de consciência por nós mesmos de certos efeitos de nossas renormatizações não sejam objeto eventual de uma longa percolação ou percolaboração.

A atividade como debates de normas introduz em todos os momentos de nossa existência uma obrigação a respeito de escolhas de ser e de vida em comum, esse é nosso “destino a viver”. Parece-me mesmo que é por aí que, no nível infinitesimal, a história se introduz na experiência humana em geral.

Enfim, como então responder à questão: qual “sujeito”? Pelas razões especialmente sintetizadas por Pastré¹ (ver nota 10) eu não vejo como distinguir *atividade* e *subjetividade*. Parece-me que ao longo de nossa vida nosso *corpo-si* é colocado à prova, se historiciza através desses encaixamentos dos debates de normas. Cada renormatização (à qual ele não pode escapar, considerando o par *impossível / invivível*) é um momento de escolha de si mesmo que reconfigura mesmo no imperceptível sua *mesmidade* aquela que deve enfrentar o momento $t+1$ de sua vida. Esse *corpo-si* me parece ser esse sujeito ao mesmo tempo produtivo e construtivo, que através de suas respostas às solicitações da vida, produz essa singularização humana, fator incessantemente reprodutor de uma parte essencial dessa “infidelidade” de nosso meio de vida, para retomar uma expressão de Canguilhem.

Então, certamente, qualquer dos momentos de nossa vida, desde nosso nascimento, tem o mesmo poder de reconfigurar, via debates de normas, nosso *corpo-si*. Criam fidelidades fundamentais¹, acumulações de debates de normas que nos

agir ».

armam face aos que teremos pela frente a viver. Aí pode ser retomado o termo “experiência”. As temporalidades não são todas equivalentes. Mas eu diria que é por meio da sucessão de debates de normas que nosso *corpo-si*, singularizado desde o nascimento, mas disponível ao mesmo tempo por múltiplas possibilidades a viver, se historiciza e tenta fazer face, com a *integral*⁽¹³⁾ problemática de suas renormatizações, ao que a ele é necessário enfrentar.

SOBRE O “PODER DE AGIR”

Eu diria aqui, para finalizar, minhas perplexidades sobre a própria expressão “poder de agir”. Ela é definida de forma rigorosa e coerente por meus dois interlocutores. Rabardel destaca perfeitamente a ligação capacidade-poder, e explica a partir de um exemplo (sempre Demarcy e seu *établi* – mesa com materiais de apoio na linha de montagem) a desconexão que pode crescer entre capacidade e poder. Eu constato simplesmente que esta expressão tem algo de sedutor, quando descolada do contexto que a justifica. Vemos hoje em dia servir a toda sorte de contextos para designar, de forma muitas vezes simplificadora, e pouco operacional, uma espécie de realidade ontológica subjetiva, em oposição aos ambientes restritivos ou mesmo patogênicos no seio das situações de trabalho. O encontro do patogênico e do crítico, nas situações de trabalho, atualmente sofre pouca contestação. Mas responsabilizar a “perda do poder de agir”, fora do contexto de nosso debate, parece-me por vezes uma escapatória para o encontro e o processamento das situações críticas encontradas.

Rabardel¹ explica muito bem que o poder

13 No sentido quase matemático.

(de agir) é tentativa de atualizar, e um momento sempre *particular*, as potencialidades do sujeito construídas em longo prazo, a *capacidade*. Mas isso significa que nós somos remetidos a uma modalidade local, sempre parcialmente inantecipável de debate de normas.

A questão do poder de agir repousa então nos seguintes termos: como, com o que somos (ou nos tornamos, no sentido da capacidade), em um meio coletivo sempre parcialmente ressingularizado, posso eu processar o debate de normas? Como ele é processável para e por mim, e a qual custo? A qual distância, aceitável ou *invivível*, entre meus horizontes de renormatização e as características das normas sociais (gestionárias, organizacionais, estratégicas...) que pretendem antecipar meu uso de mim-mesmo, sou eu confrontado? E aí, qual é a *disponibilidade* do universo social onde eu devo viver as escolhas de uso de mim mesmo que resultariam de meus debates de normas?

É também dito por Rabardel¹ com relação ao sofrimento de Demarcy: a “negação dessa dimensão criativa de sua identidade de sujeito (...)”, o que nós chamaríamos seu espaço possível de renormatização, é “(...) o sinal de que em alguma parte das regras do jogo, as normas sociais que governam o trabalho mudaram ou estão em vias de mudar”. A cada vez é recolocado um espaço de arbitragem cujo destino jamais é evidente, exatamente porque ele deverá se confrontar com um conjunto de normas antecedentes, misto de técnicas, regras, convenções, leis, conceitos com status os mais diversos, adequados para confundir a avaliação crítica: o sofrimento de Demarcy, diz justamente Rabardel, “tem então a ver com a dúvida sobre si mesmo que daí resulta e pode

se estender bem além do campo do trabalho”.

Desconectado de todo esse campo conceitual, o “poder de agir” pode deixar supor que o poder é já virtualmente presente na consciência do protagonista, já constituído (essa realidade ontológica subjetiva), que as escolhas do “bem agir” são já claras e evidentes, e que são identificados os obstáculos e as pessoas que impedem a passagem da potência ao ato. Isso certamente pode acontecer, e a expressão tem tendencialmente, certo grau de verdade em certo número de situações de trabalho. Mas na sua “pureza”, sua “aderência” em relação às situações concretas a viver, a expressão pode deixar entender que todo debate de normas desapareceu, e que a boa via está inteiramente traçada. Como se o agir “emancipado” não fosse de início a capacidade parcialmente restituída ao ser humano de enfrentar a questão “o que e como fazer de outro modo?”, em um universo pleno de reservas de alternativas, mas a torná-las coerentes em um mundo comum que nunca é de imediato claramente lisível.

É por isso que na definição do polo 3 do dispositivo dinâmico de três polos, aquele que pode tornar possível o diálogo entre os outros dois, está inscrito: “polo do mundo em comum a construir”. Se ele não estivesse por construir, se aos olhos de alguns, seu conteúdo fosse substancialmente pré-formatado, então não se precisaria desse esforço, dessa verdadeira luta por esses diálogos socráticos em mão dupla. Não seria mais que a violência nua entre os depositários dessa evidência e aqueles que se recusam em razão da estreiteza autocentrada de sua relação com o mundo de valores que sustenta suas normas de vida.

Não existe vida sem poder de agir. O

suicídio – e esse cenário tem para nós uma singular atualidade – é aí na sua forma mais extrema: ele nos envia à característica tornada “não processável” dos debates de normas⁽¹⁴⁾. E com a exigência de dar hoje, nos universos do trabalho, outra visibilidade a esses debates de normas, através dos quais caminha a vida social e se produz um mundo de valores, no sentido econômico do termo. Desconectar o agir dos debates de normas suprimiria essa exigência, esse destino a viver, de ter continuamente que escolher - e escolher para si - mundos comuns, de bens comuns, nas condições sempre parcialmente renovadas, e jamais evidentes para ninguém.

REFERÊNCIAS

1. Rabardel P, Pastré P. Modèles du sujet pour la conception. Toulouse: Octarès; 2005.
2. Schwartz Y. Expérience et connaissance du travail. Paris: Messidor; 1988.

14 G.Canguilhem, numa obra pouco conhecida, publicada em 1939 com seu amigo C.Planet, e nós reeditamos com um grupo de filósofos nas Edições Vrin em 2010, *Traité de Logique et de Morale*, escreveu sobre o suicídio, onde ele evidencia que essa norma extrema de agir que alguém se dá a si mesmo, resulta de um debate singular, não antecipável, nem julgável a priori, entre os horizontes de vida do ser e o que a vida pode fazer valer por ele : « Nós não vamos aqui aconselhar ou desaconselhar o suicídio, mas somente propor princípios de julgamento diante do suicídio. A vida é ao mesmo tempo a ocasião, o meio e o obstáculo à moralidade (...). Não se pode saber se as razões que ele julga válidas de esperança na vida não serão para um outro as razões de sua desesperança ». E evocando com uma présciência surpreendente a hipótese de perseguição racial se tornando « a regra na terra », ele se demanda então quem teria audácia de julgar os candidatos ao suicídio. « Se Deus admite os pogroms, porque ele não admite os suicídios » (Editions F .Robert et fils, Marseille, p.251).

3. Canguilhem G. Le normal et le pathologique. Paris: PUF; 1966.
4. Oddone I, Marri G, Gloria S, Briante G, Chiatella M, Re A. Ambiente di lavoro, la fabbrica nel territorio. Roma: Editrice Sindicale Italiana; 1977.
5. Oddone I, Re A, Briante G. Redécouvrir l’expérience ouvrière. Paris: Messidor/Editions Sociales; 1981.
6. Schwartz Y. Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe. Toulouse: Octarès; 2000.
7. Nouroudine A. L’expérience: creuset de rencontres et de transformations. Revues Education Permanente. 2004;(60):21-33.
8. Béguin P, Cerf M. Dynamique des savoirs, dynamique des changements. Toulouse: Octarès; 2009.
9. Vergnaud G. Schèmes et concepts dans une théorie opératoire de la representation. Psychologie française. 1985;30:245-52.
10. Schwartz Y, Durrive L, . L’activité en dialogue: entretiens sur l’activité humaine II. Paris: Octarès; 2009.
11. Ricoeur P. Soi-même comme un autre. Paris: Seuil; 1990.